

/gestão

SINDISPGE TENTOU ARTICULAR EMENDA AO VALE PARA BENEFICIAR SERVIDORES

No dia 14 de novembro, os deputados estaduais aprovaram o reajuste no vale-refeição dos servidores públicos do Poder Executivo. O valor passou de 268,84 para R\$ 366,60. A partir de maio de 2024, a soma vai para R\$ 400. Apesar de ser favorável ao projeto, o SINDISPGE ponderou que por opção política, a verba deixa de contemplar os Servidores em diversas situações já consideradas como efetivo exercício pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, a exemplo de férias, licenças a maternidade e saúde, para participar de seminários e até mesmo para doar sangue ou atuar em julgamentos como jurado, entre outros.

O Sindicato trabalhou arduamente durante semanas para reverter essa regulamentação por meio de emenda. A presidente Sabrina Oliveira Fernandes conversou com deputados da base governista, como Edilson Brum (MDB) e também com o líder do Governo no Parlamento, o deputado progressista Frederico Antunes.

Posteriormente, junto com o SINDPPEN e o Sindeti, conseguiu que o Partidos dos Trabalhadores protocolasse uma emenda com esse objetivo. No dia da votação, o líder do Governo acabou pedindo preferência para o texto original e a emenda não foi apreciada. Sabrina Oliveira Fernandes ressalta que o SINDISPGE cumpriu com o seu papel, independente do resultado.

“Buscamos a base do Governo para reduzir o número de situações onde o servidor não receberia o valor do vale-refeição, sem sucesso. A oposição apresentou mais de uma emenda, entre elas a nossa defesa, mas todas rechaçadas em plenário. Ao menos a gente mais uma vez demonstrou a importância da atuação dos sindicatos no debate e na avaliação prévia de projetos de lei”, resume Sabrina.





/Sindispge informação



PTRAB É REFERÊNCIA EM AÇÕES TRABALHISTAS



De acordo com dados divulgados pelo Senado e publicado pelo portal de notícias UOL, em 2017, o Brasil concentrava 98% das ações trabalhistas do mundo. Muito desse percentual, tem origem no fato do País ter a legislação trabalhista mais completa do mundo. Ela nasceu em 1943, com o decreto nº 5452 de Getúlio Vargas, que instaurou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi criada com o objetivo de proteger o funcionário e regular as relações de trabalho.

A CLT estabelece os direitos e deveres tanto dos colaboradores quanto das empresas, com a finalidade de evitar relações abusivas entre as partes. Desde que foi inaugurada, ela já sofreu várias modificações em seus artigos, especialmente após a implementação da Reforma Trabalhista.

O direito trabalhista é considerado o mais especializado. Com suas nuances particulares, os profissionais de direito que se arriscam na matéria, sabem se tratar de um terreno movediço e repleto de novidades. Ou seja, o aprimoramento constante é imprescindível. Para se ter sucesso nessa área é necessário contar com profissionais experientes e criativos. Essa é a fórmula do sucesso da Procuradoria Trabalhista (PTRab), uma das unidades da Procuradoria-Geral do Rio Grande do Sul (PGE-RS).

A PTRAB tem como função principal defender os interesses do Estado (bem como todos os outros entes públicos estaduais) em processos judiciais trabalhistas e administrativos que envolvam questões relacionadas aos empregados públicos estaduais e de empresas de mão de obra terceirizada do quais é tomador, como temas salariais, condições de trabalho, direitos trabalhistas, entre outros.

Origem e função

Em 2010, a Procuradoria-Geral do Rio Grande do Sul (PGE-RS) sentiu a necessidade de criar uma unidade dedicada somente a área trabalhista. “Até 2009, estávamos vinculados a antiga PEP (Procuradoria de Precatórios)”, conta a analista jurídica da unidade Daniela Milman.



/Sindispge informação



Na visão dela, essa independência foi essencial para o setor: “A justiça do trabalho é outra realidade comparada a qualquer outra justiça”, explica a analista jurídica.

Atualmente, a Procuradoria Trabalhista possui cerca de 60 profissionais divididos em conhecimento trabalhista, execução trabalhista, contadores trabalhistas e secretaria. A equipe de execução é o setor que cuida da apuração do valor devido – o que os entes públicos estaduais têm que desembolsar (em condenação de forma direta ou de forma subsidiária às terceirizadas). As equipes são especializadas, como aponta o coordenador adjunto da PTRAB, o procurador Marlon Brum.

Conforme o analista jurídico Leandro Oliveira Ellert, a PTRAB defende preponderantemente os órgãos vinculados ao Poder Executivo. “Muitas ações são provenientes de colaboradores de empresas terceirizadas, onde o estado é responsável subsidiário. Também trabalhamos em cima de ações de empregados públicos que ingressam contra o Estado e as Fundações. Em suma, onde o Estado for réu em ações trabalhistas, é com a gente”, resume.

Marlon descreve como funciona essa divisão: “Oitenta por cento das ações são originárias em processos movidos por funcionários de empresas terceirizadas. Eles incluem o Estado na ação como um segundo reclamado. Até como uma forma de garantir o recebimento do valor devido. O restante, 20%, são reclusórias de empregados públicos”.

Até o final da última década, as ações trabalhistas estavam pulverizadas entre a Procuradoria Trabalhista e regionais da PGE, localizadas no interior do Estado. Essa realidade mudou. Agora qualquer encargo da área cai na unidade. “O trabalho aumentou, mas a qualidade da equipe consegue responder a demanda e ainda em tempo menor”, explica o procurador Marlon Brum.

Estrutura e Economia

Leandro explica que “a grosso modo” as equipes da PTrab são divididas em duas funções: conhecimento e execução. A primeira é responsável até o trânsito julgado da ação, quando não é possível mais discutir o conteúdo da decisão do juiz.

Já a execução é o setor que cuida da apuração do valor devido. De forma coloquial, a grana que o Estado precisa desembolsar em condenações de forma direta ou indireta (subsidiárias).

De acordo com Daniela, a PTRAB consegue reverter muitas decisões ou reduzir o valor pedido pela parte. “A economia da unidade para o cofre do Piratini, na maioria dos meses, ultrapassa R\$ 1 milhão por mês, sendo que teve meses neste ano que o valor ultrapassou 5 milhões”, revela. Esse cálculo é apresentado mensalmente para as equipes que compõem a PTRAB.



/Sindispge informação



Para obter esse resultado é preciso suar a camiseta e, como citamos antes, experiência e conhecimento. “O direito do trabalho tem outra realidade. O empregado procura de tudo para ganhar. Para rebater a solicitação é necessário fazer um conteúdo muito bem feito. Além disso, é preciso ficar atento a novas legislações na área. Um exemplo é a alteração da lei de licitação. A nova regra federal serve como um instrumento de defesa do Estado em processos movidos por empresas ou funcionários terceirizados”, explica Leandro.

No setor, ocorre a análise dos valores e dos juros, índices que são aplicados. Essa parte de execução sempre gera uma grande economia. Às vezes, o valor já foi pago em outro processo e só é descoberto na PTRAB. “Aqui, a gente faz triagem muito apurada”, sublinha o procurador.

Essa alternativa é usada geralmente em casos onde a empresa contratada pelo Estado já faliu. “Entretanto, destinamos o dinheiro para o trabalhador e não para os donos do negócio. Exemplo, uma prestadora de serviço da área da limpeza escolar acaba não cumprindo com os acordos e o negócio fecha. O dinheiro devido já é encaminhado para os colaboradores, afinal, geralmente, quando ocorre isso, muitos deles estão há meses sem receber. Pode até não ser o valor todo, mas já ajuda essas pessoas que precisam do dinheiro de forma urgente”, explica o procurador. Essa estratégia pode ser usada em razão de um decreto do Governo do Estado.

Agilidade e compromisso com o cidadão e trabalhadores

Daniela explica que antes mesmo do surgimento dos primeiros casos da Covid-19 na China, a PTRAB vinha digitalizando os processos (o que ocorreu em toda a PGE-RS, em menor ou maior grau). Entretanto, ainda conforme a analista jurídica, a Procuradoria do Trabalho foi uma das primeiras a fazer essa transição do físico para o eletrônico. Com a Pandemia, o processo foi acelerado. Mesmo no teletrabalho, o número de petições feitas se manteve no mesmo patamar, o que ressalta a importância do órgão ter procurado se modernizar.

Leandro destaca que a informatização diminuiu o tempo de resposta para o cidadão que tem direito a receber a indenização. “Agilizamos também o processo de identificar quando o pedido é demasiado”.

Ele utiliza a Requisição de Pequeno Valor (RPV) como exemplo da importância dessa resposta mais rápida a sociedade: “O Estado tem 60 dias para pagar. Com a informatização, mais de 90% recebem esse valor antes de dois meses”. Daniela acrescenta que a equipe faz toda a diligência junto a Secretaria da Fazenda para obter esse valor.



/Sindispge informação

Procuradoria
Trabalhista
PTRAB
sindispge

Apesar dos esforços do gabinete – entraram muitos Servidores e Procuradores no último concurso – ocorreu um aumento natural dos processos. “Com a Pandemia, teve a quebra de muitas empresas. E quando quebra, estoura aqui,” resume o coordenador Adjunto. Outro ponto importante é a necessidade de constante atualização. “Como cuidamos de petições que envolvem juros e correções, precisamos sempre estar atentos. A coordenação cumpre com perfeição esse papel, nos orientando sobre detalhes”, conta Leandro.

Equipe de Excelência

Para o coordenador adjunto, a ideia de ter unidade especializada torna o trabalho da Procuradoria mais eficiente. “A matéria trabalhista é muito distinta do resto, ou seja, não é qualquer operador do direito que vai conseguir executar com maestria essa função. Quem está aqui dentro é quem mais domina o assunto. Em termos de qualificação, é o melhor que a gente pode ter. É a melhor banca trabalhista que existe no estado”, sentencia Marlon. De acordo com o procurador, na Justiça do Trabalho, a PTRAB é o representante judicial com mais número de ações junto à Justiça do Trabalho. “Damos a resposta mais rápida e melhor, com uma equipe enxuta”. Ele deixa um recado no fim. “Precisamos valorizar constantemente nosso Servidores. São profissionais indispensáveis para a estrutura da PGE”, finaliza.

NÃO CAIA EM
FAKE NEWS
TODA COMUNICAÇÃO
DO SINDICATO É SÓ COM
A COMUNICAÇÃO OFICIAL.

SINDISPGE

Não caia em fake news. Toda comunicação do SINDISPGE é só com a Comunicação oficial do Sindicato.
Site: <https://www.sindispge.org.br/>
Instagram: @sindispgers

/política

AGENDA COM DEPUTADOS

A Diretora-Presidente do Sindicato, Sabrina Oliveira Fernandes, manteve as reuniões com os deputados gaúchos durante o mês de novembro. Em cada uma das agendas, a dirigente sindical apresentou as pautas dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), bem como a atuação do Sindicato em prol da Categoria. Neste mês ainda, o Projeto de Lei 467/2023 (auxílio-refeição) também foi objeto de pauta com bancadas, assessorias e parlamentares.



Dep. Guilherme Pasin
(Progressistas)



Dep. Kaka Dávila (PSDB)



Dep. Pepe Vargas (PT)

ATO UNIFICADO PELA RGA

O SINDISPGE esteve presente, na terça-feira (21), na manifestação promovida pela Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul. Intitulado Ato Público Estadual Unificado em prol da Revisão Geral Anual 2023, o protesto ocorreu na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Na ocasião, o grupo protocolou uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024 proposto pelo Poder Executivo Estadual, em outubro deste ano.

As entidades exigem um reajuste de pelo menos 20,05% para compensar as perdas salariais que chegam a quase 60% para algumas categorias.



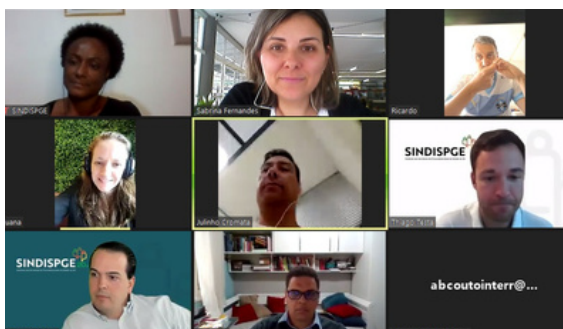


/pautas da categoria

DIRETORIA EXECUTIVA AMPLIADA

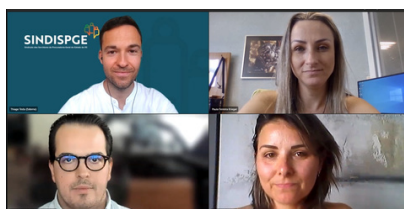
A reunião da Diretoria Ampliada, dia 9, avaliou uma nova proposta de pesquisa a ser elaborada pela pesquisadora Luana Kohlrausch, com a participação desta e, também, conversou sobre as assembleias gerais previstas para o mês de dezembro, fixando a mesma data tanto para AGO e AGE.

Participaram: Sabrina Oliveira Fernandes, Lucas Wickert, Thiago Testa, Ricardo Giacomelli Bressan, André Couto, Daniel Franco Martins e Júlio Fontoura.



REUNIÃO ORDINÁRIA

Nesta quinta-feira (30), ocorreu a Reunião Ordinária da Diretoria do Sindicato com a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Dra. Paula Ferreira Krieger, da qual participaram os Diretores Sabrina Oliveira Fernandes, Thiago Testa e Lucas Wickert. Na ocasião, o grupo tratou dos seguintes temas: pauta remuneratória; teletrabalho; progressões e promoções; prêmio de produtividade retroativo; recesso de final de ano; excesso de trabalho; e pesquisa de clima organizacional.



UNIÃO GAÚCHA

A União Gaúcha (UC) em Defesa da Previdência Pública e Social, da qual o Sindicato faz parte, manteve a sua rotina semanal de reuniões ordinárias em novembro. A presidente Sabrina Oliveira Fernandes representou o SINDISPGE nos encontros, que trataram de Regime de Recuperação Fiscal e a situação do Ipe-Saúde.



/pautas da categoria

REUNIÃO COM GABINETE TRATA DAS ÚLTIMAS MOVIMENTAÇÕES EM TERMOS DE PESSOAL



Na sexta-feira, dia 10, a Diretoria do SINDISPGE, representada por Sabrina Fernandes, Juliani Martins e Lucas Wickert, esteve reunida com o Gabinete da PGE/RS para tratar sobre as últimas movimentações em termos de Pessoal. Em relação ao projeto de reorganização dos quadros da Secretaria de Segurança Pública, o mesmo não causará impacto financeiro, ou seja, é uma mera alteração qualitativa nas nomenclaturas do oficialato. O movimento não se alinha com as nossas (e de outras Categorias) reivindicações presentes. Por ter atingido o Limite Prudencial, o Estado está impedido de realizar aumento de despesa de Pessoal.

TELETRABALHO EM PAUTA NA PGE

A convite do Gabinete, a Diretoria Executiva do Sindicato, representada por Sabrina Fernandes, Thiago Testa e Lucas Wickert, esteve reunida com a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Dra. Paula Ferreira Krieger, no dia 17. Na pauta, a regulamentação do Teletrabalho, conforme mencionado pelo PGE na Assembleia do dia 9/10.

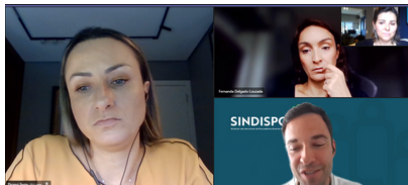
O Sindicato aproveitou a oportunidade para protocolar um Estudo Técnico Científico no tocante ao Teletrabalho. “O SINDISPGE demonstra, uma vez mais, a importância da fundamentação técnica, que comprova a viabilidade do Teletrabalho ao longo dos últimos 3 anos e 9 meses, visto que se trata de um processo consolidado na PGE, que, por sua vez, manteve as rotinas operacionais da instituição, com ganho de qualidade”, explicou o dirigente sindical Thiago Testa.





/expediente

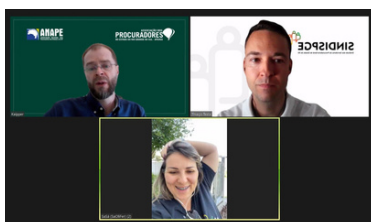
PGA-AA RECEBE PROCURADORIA DO INTERIOR



As demandas da Procuradoria do Interior (PI) foram o tema da reunião realizada no dia 13 com o Gabinete. Participaram a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Dra. Paula Ferreira Krieger, a Coordenadora da PI, Fernanda Delgado Louzada, e os dirigentes sindicais Thiago Testa e Sabrina Fernandes. As principais pautas foram o excesso de trabalho em unidades do interior do Estado, a consequente falta de reposição de Servidores e a crescente rotatividade - o que gera retrabalho para muitos colegas. Em resposta, a Administração apresentou ao Sindicato, pela primeira vez, uma planilha de preenchimento manual criada pela própria PI. O objetivo é auxiliar a Procuradoria no controle e ajustar o volume de trabalho e a quantidade de Servidores de forma mais técnica.

Resta saber se esse controle que está sendo feito, há aproximadamente um ano, terá efeitos práticos. Nesse ponto, o SINDISPGE sugere que os Colegas questionem as suas chefias para compreender melhor a planilha e a forma que está sendo mensurado o trabalho. As Procuradorias Regionais que estão em processo de especialização também foram tema desta reunião, oportunidade em que o Sindicato reforçou a necessidade de uma comunicação institucional mais transparente, prévia e clara para que todos possam ser melhor preparados para essas mudanças.

INFORME DE NOVEMBRO



Sindispge e Apergs unidos pelo
Teletrabalho

Anúncio

COM O SEU SINDICATO FORTE, QUEM GANHA É VOCÊ.

FILIE-SE AO SINDISPGE!

Para saber mais detalhes
acesse www.sindispge.org.br
ou envie um e-mail para
sindispge@sindispge.org.br



/expediente

REGISTROS DA FESTA DE FINAL DE ANO DOS SERVIDORES DA PGE-RS





/expediente

REGISTROS DA FESTA DE FINAL DE ANO DOS SERVIDORES DA PGE-RS

